

3 PODERES



A REVISTA DE QUEM DECIDE

BRASIL



ANO XXVII | ABRIL
EDIÇÃO 06 | 2024

Parabéns, Corumbá!

Cidade celebra 150 anos da comarca mais antiga do estado



ENTREVISTA
Violência contra a
mulher idosa

NÃO DEIXE O SEU VOTO IR DIRETO PRO PAREDÃO



**NESTAS
ELEIÇÕES,
VOTE CONSCIENTE!**

O VOTO É O QUE HÁ DE MAIS VALIOSO PARA A DEMOCRACIA. ELE É IMPORTANTE DE MAIS PARA SER NEGOCIADO POR UMA CESTA BÁSICA, COMBUSTÍVEL, DINHEIRO OU QUALQUER OUTRO TIPO DE "FAVOR". ESCOLHA QUEM MELHOR REPRESENTA VOCÊ, POIS O VOTO FAZ A DIFERENÇA NA VIDA DE TODOS.



ALMT
Assembleia Legislativa

Perto de você para a mudança acontecer.

VOCÊ PODE
SER MUITOS.



REINVENTE-SE.

CASA  PRADO

Um grande momento histórico

A comarca do município de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, completou 150 anos de fundação. Trata-se de um grande marco histórico e uma referência também para o antigo Mato Grosso único. É a comarca mais antiga do estado.

Uma série de três matérias de fôlego traz o relato completo sobre a história da comarca e das celebrações da data, ocorrida na cidade,

com praticamente a transferência para lá da sede do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

O Grupo Rede de Mídias saúda esta data e parabeniza o desembargador Sérgio Fernandes Martins, presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, pela organização das celebrações e pelo excelente trabalho desenvolvido à frente da Corte.



João Orozimbo Negrão
Coordenador Editorial do Grupo Rede de Mídias

SUMÁRIO

CAPA | COMARCA DE CORUMBÁ - 150 ANOS

04 | CARTA

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA
João Pedro Marques

08 | LEGISLATIVO EM MOVIMENTO

10 | COMBUSTÍVEL SENADO

14 | EXECUTIVO EM AÇÃO

16 | CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL

18 | DIREITO, JUSTIÇA E CIDADANIA

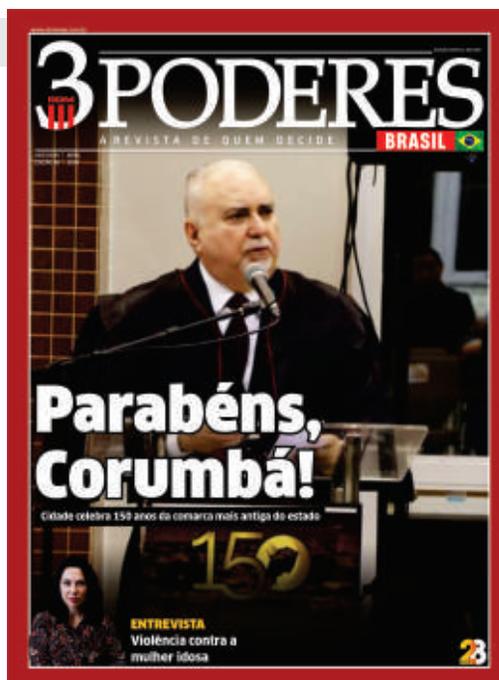
20 | ENTREVISTA | Monize Marques

24 | SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO TJ-MS

26 | A COMARCA MAIS ANTIGA

28 | DESAFIOS DE CRESCER E SE MODERNIZAR

30 | OPINIÃO | Salomão de Castro



CEO
JOÃO PEDRO MARQUES

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Dias da Fonseca

DIRETORA EXECUTIVA
Shelry Pereira

COORDENADOR EDITORIAL
João Orozimbo Negrão

DIRETORA DE REDAÇÃO
Angela Jordão

EDITORA
Vanessa Moreno

EDITOR DE ARTE
MARCIO BRANDAO DO CARMO

REVISÃO
Juliana Sanders e Emanuely Santos

REDAÇÃO
Repórteres: **Everaldo Galvão, Jean Gusmão, Vanessa Alves e Tchelo Figueiredo** (fotografia)
Estagiárias: **Emanuely Santos e Juliana Sanders**

DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PROJETOS ESPECIAIS
Anderson Nogueira

GERENTE COMERCIAL
Maiara Max

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), **João Negrão** (presidente), **Shelry Pereira, Vanessa Moreno, Márcio Brandão do Carmo e Anderson Nogueira.**

TEXTOS
ANA MOURA, JOÃO PEDRO MARQUES, SALOMÃO DE CASTRO, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS, ASSESSORIAS.

FOTOGRAFIA
AGÊNCIA CÂMARA, AGÊNCIA SENADO, SECOM-PR, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA CNJ, ASSESSORIA STF, ASSESSORIA TSE, ASSESSORIA MPF, ASSESSORIA TCU.

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

RDM 3 PODERES BRASIL NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

A REVISTA RDM 3 PODERES BRASIL É PUBLICAÇÃO



CEO do Grupo RDM é homenageado pelo Sinapro

O publicitário, jornalista e advogado João Pedro Marques é um dos pioneiros da publicidade em Mato Grosso

Por **Jean Gusmão**



O advogado, jornalista, publicitário e atual CEO/fundador do Grupo RDM Rede de Mídias, João Pedro Marques (JPM), foi reconhecido em homenagem realizada pelo SINAPRO-MT (Sindicato das Agências de Propaganda de Mato Grosso) e pela FENAPRO (Federação Nacional das Agências de Propaganda), por ter sido o fundador da JPM PUBLICIDADE, a primeira agência de propaganda da história de Mato Grosso, na década de 70. No evento, também foram homenageados os outros dois fundadores da 2ª e da 3ª agência de publicidade: Mauro Cid Nunes da Cunha, fundador da

segunda agência, inicialmente chamada MAURO CID PROPAGANDA e posteriormente alterada a razão social para MCA PROPAGANDA, e Geraldo Luís Gonçalves Filho, fundador da terceira agência de publicidade em Mato Grosso, a Z8 PUBLICIDADE. O evento foi organizado pelo publicitário e marketeiro Cláudio Cordeiro, proprietário da GONÇALVES CORDEIRO PUBLICIDADE e atual presidente do SINAPRO-MT.

Os demais diretores e colaboradores do Grupo RDM - Rede de Mídias - parabenizam especialmen-

te o fundador da primeira agência de Publicidade de Mato Grosso na década de 70, que também fundou o Grupo RDM e atualmente exerce a função de CEO, o Dr. João Pedro Marques. Também rendemos nossas homenagens aos demais homenageados na oportunidade - Mauro CID e Geraldo Gonçalves - e ao presidente do SINAPRO MT, Cláudio Cordeiro, pela oportuna, merecida, justa e louvável iniciativa do "Resgate Histórico da Propaganda em Mato Grosso!"

Comandante da Marinha quer militares fora da política



O atual comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, quer os militares da força fora da política partidária. Segundo Olsen, o presidente Lula se interessa em melhorar as forças armadas e ajuda a mantê-las unidas. Outro tema abordado por ele foram os atos golpistas do dia 8 de janeiro de 2023. Segundo Olsen, a imagem da força, que reflete a polarização vivida no país, foi atingida.

Haddad projeta crescimento do PIB para cima este ano



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a equipe econômica pode rever as projeções de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) para cima em 2024, diante dos bons números da economia no começo deste ano. “Acredito que com inflação controlada, taxa de juros declinante, recorde de empregos —vai anunciar nos próximos números do Caged—, superávit na conta externa do Brasil, balança comercial bateu recorde no ano passado, os dois primeiros meses deste ano foram muito interessantes e promissores”, disse o ministro, durante cerimônia de assinatura de ato do programa Mobilidade Verde, o Mover, e do decreto que regulamenta a lei de debêntures.

Nove ministros de Lula apoiaram adversários do PT nas eleições

Nas eleições municipais, ao menos nove ministros podem fazer campanha em suas capitais para adversários do PT. Apesar de Lula estar se esforçando para unificar sua base, não deve ter sucesso em vários casos. Em São Paulo, o racha está na chapa que venceu o pleito presidencial: Lula apoiará Guilherme Boulos (PSOL), enquanto Geraldo Alckmin (PSB) deve ser o principal cabo eleitoral de Tabata Amaral (PSB), com o ministro do Empreendedorismo, Márcio França (PSB). Já a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), deve estar no palanque do atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), que deve contar com o apoio do ex-presidente Jair



Bolsonaro (PL). No Rio de Janeiro, a tendência é que o PT apoie o prefeito Eduardo Paes (PSD). Mas o PSOL, que tem uma ministra, deve lançar Tarcísio Motta (PSOL-RJ) na disputa. Belo Horizonte, Belém, Curitiba, São Luiz, Macapá também têm bola dividida.



Maior otimismo é com crescimento do PIB da indústria e dos serviços



O PIB encerrou 2023 com crescimento de 2,9%, totalizando R\$ 10,9 trilhões. A atividade agropecuária cresceu 15,1% de 2022 para 2023, influenciando o desempenho do crescimento econômico do país. Houve crescimento também na Indústria (1,6%) e em Serviços (2,4%), segundo as informações divulgadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Para este ano, os prognósticos da SPE preveem redução de safra, que levaram à revisão negativa do PIB agropecuário. Por outro lado, o governo vê indícios de que indústria e serviços exibirão dinâmica mais pujante no ano. A expectativa é que o PIB da indústria cresça 2,5%, e o PIB de serviços, 2,4%, ante as estimativas divulgadas em novembro de 2023, de 2,4% e 2,2%, respectivamente. Já para a agropecuária, a expectativa era de expansão de 0,5% e, agora, a projeção é de queda de 1,3%.

Moraes e o comandante do Exército estão sempre conectados



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, e o comandante do Exército, general Tomás Ribeiro, estão sempre conectados. No âmbito do STF, Moraes é o principal interlocutor de Tomás Paiva. Em muitos casos, são iniciativas do próprio general que buscam o magistrado para obter informações sobre membros da caserna sob investigação e esclarecer dúvidas sobre o cumprimento de decisões judiciais.

DITO & FEITO

“A Venezuela repudia a declaração cinzenta e intronada, redigida por funcionários do Itamaraty, que parece ter sido ditada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, onde são emitidos comentários carregados de profunda ignorância sobre a realidade política na Venezuela.”

Do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro.

“O comunismo acabou. Para mim, não existe comunismo, no Brasil não existe. E outra coisa, o presidente Lula é um sindicalista. Eu não vejo o presidente Lula e jamais o vi como um comunista. Porque as pessoas têm mania de pensar que ser de esquerda é ser comunista. Isso não existe.”

Do ministro Francisco Joseli Parente Camelo, presidente do Superior Tribunal Militar.

“A pergunta que não quer calar. Existe uma operação de inteligência estrangeira monitorando determinadas embaixadas no Brasil? Caso positivo, onde anda a contraespionagem?”

Do general e senador Hamilton Mourão sobre suposta "operação de inteligência estrangeira" monitorando embaixadas no território nacional.

“A gente tinha um ótimo relacionamento, só tivemos uma vez um debate, onde ela defendia a área de especial interesse, que eu também defendia. Marielle estava do meu lado na mesma luta.”

Do deputado federal Chiquinho Brazão, ouvido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Solidariedade a estudantes vítimas de racismo



O Senado aprovou voto de solidariedade aos alunos da Escola Franciscana Nossa Senhora de Fátima, vítimas de insultos raciais durante uma partida de futsal contra uma escola de elite de Brasília. Os estudantes do time rival teriam chamado atletas da equipe rival de “macaco”, “filhos da empregada” e “pobrinhos”. A iniciativa foi da senadora Leila Barros (PDT-DF), que requereu a audiência. Para ela, a situação reforça a necessidade de as escolas implantarem programas e ações de combate ao racismo. “Os jovens deveriam competir com o espírito de fair play, e não com insultos carregados de preconceito e desprezo. O episódio é inaceitável e deve servir como um sinal de alerta definitivo. A sociedade não pode continuar vacilando na educação dos nossos jovens. Quando o racismo entra em campo, a humanidade sai derrotada. Educar não é apenas ensinar a ler e contar, mas também a respeitar e valorizar a todos. É transmitir valores, como igualdade”, defendeu.

Mourão homenageia Exército Brasileiro pelos 376 anos



Em pronunciamento no Plenário, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) prestou homenagem ao Exército Brasileiro, que celebrou 376 anos de criação no dia 19 de abril. O parlamentar destacou a importância histórica da data, que remonta à Batalha dos Guararapes, ocorrida em 19 de abril de 1648, no território onde fica hoje o estado de Pernambuco, então uma capitania da Coroa Portuguesa. O senador e general da Reserva relembrou momentos históricos da trajetória da corporação, como a resistência à invasão holandesa e as lutas pela independência do país. “Rendo minha homenagem àqueles que lá combateram”, afirmou Mourão, que também destacou a participação do Exército Brasileiro nas duas guerras mundiais.

Aprovada isenção do IR para até dois salários mínimos

Em votação simbólica, o Plenário do Senado aprovou o projeto de lei que modifica as regras de isenção de Imposto de Renda, beneficiando pessoas que ganham até dois salários mínimos. O PL 81/2024, originado na Câmara dos Deputados, segue para sanção presidencial. O texto foi aprovado na forma do relatório do senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), submetido previamente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De acordo com o projeto, quem ganha até R\$ 2.259,20 por mês não precisará pagar Imposto de Renda. Atualmente esse limite está em R\$ 2.112. O projeto também reajusta os valores da parcela a deduzir das demais faixas de tributação, que permanecem nos patamares atuais.



Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor



A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que institui o Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor, conforme uma ideia prevista no Estatuto da Juventude. Foi aprovado o substitutivo do relator, deputado Jorge Goetten (PL-SC), para o Projeto de Lei 678/19, já aprovado pelo Senado. “Um crédito relativamente mais barato para aqueles que estão começando parece uma opção consistente”, disse. Jorge Goetten fez uma série de ajustes, mantendo as linhas gerais da proposta. A execução do novo programa caberá ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Haverá necessidade de regulamentação posterior.

Projeto institui Orçamento Sensível às Mulheres



A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que institui o Orçamento Sensível às Mulheres (OSM) com o objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres, a inclusão social e a redução das desigualdades sociais na distribuição de recursos da União. O texto aprovado foi o substitutivo da relatora, deputada Delegada Katarina (PSD-SE), ao Projeto de Lei Complementar 218/23, da deputada Laura Carneiro (PSD-RJ). A relatora fez alterações pontuais no texto original. “O Orçamento Sensível às Mulheres provocará mudanças importantes na alocação de recursos pela lei orçamentária anual e pela lei de diretrizes orçamentárias. Desta vez, pensando nas consequências para a vida de 111 milhões de mulheres brasileiras”, afirmou.

Auxílio-internet para pessoas de baixa renda e agricultores familiares

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que assegura a pessoas de baixa renda e a agricultores familiares recursos para comprar o equipamento (celular, tablet, computador) e o acesso à internet. O texto cria o auxílio-internet para as famílias de baixa renda e a Política Nacional de Conectividade da Agricultura Familiar (PNCAF). O objetivo é promover a inclusão digital desses segmentos da população, permitindo que eles interajam com outras pessoas e tenham acesso a informações, produtos e serviços por meio da rede mundial de computadores.





Combustíveis do futuro e mercado de carbono estão na pauta do Senado

A ideia é aprimorar as proposições e possibilitar a criação de normas que atraíam investimentos

■ **Da Agência Senado**

O Senado voltou a debater os temas prioritários da pauta ambiental, que inclui projetos de lei voltados para a regulamentação do mercado de carbono, a criação de programas nacionais de combustíveis sustentáveis e o estabelecimento de tetos para emissões de gases de efeito estufa. Os temas vêm sendo debatidos com representantes de diversos setores. A ideia é aprimorar as proposições e possibilitar a criação de normas que atraíam investimentos e uma transição energética adaptada ao ambiente global das mudanças climáticas.



Todos os países do mundo têm compromissos públicos de contribuição para a emissão zero e o Brasil não é diferente. O Brasil já possui há décadas uma política pública de etanol de muito sucesso, e certamente é um expoente mundial na política de biodiesel”

A Comissão de Infraestrutura (CI), presidida pelo senador Confúcio Moura (MDB-RO), promoveu audiência pública para debater o PL 528/2020, que cria programas nacionais de diesel verde, de combustível sustentável para aviação e de biometano. O projeto dos “combustíveis do futuro”, como é chamado, também aumenta a mistura de etanol à gasolina e a adição de biodiesel ao diesel. O texto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e tramita atualmente na CI, onde é relatado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), que propôs a realização do debate.

Veneziano disse que o projeto é de “atualíssima importância” e que irá aproveitar todas as sugestões encaminhadas à comissão durante o debate para o aperfeiçoamento da matéria.

O gerente-executivo de Gestão Integrada de Transição Energética da Petrobras, Cristiano Levone de Oliveira, disse que a empresa apoia a iniciativa de aprimorar o sistema de combustíveis rodoviário e aéreo.

“Todos os países do mundo têm iniciativas de compromissos públicos de contribuição para a emissão zero e o Brasil não é diferente. O Brasil já possui há décadas uma política pública de etanol de muito sucesso. O Brasil certamente é um expoente mundial na política de biodiesel e será ainda mais com a aprovação desse projeto”, sustentou.

A presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abeaer), Jurema Monteiro, disse que o uso dos novos combustíveis vai gerar indução de desenvolvimento na economia e na sociedade. Ela também destacou que o Brasil é signatário, de maneira obrigatória a partir de 2027, de um tratado internacional que pretende zerar todas as emissões líquidas da aviação comercial internacional até 2050.

“O tema do projeto de lei é importante e aponta para o futuro desse segmento, desse setor tão estratégico para a nossa mobilidade. O setor aéreo tem discutido uma jornada de descarbonização há mais de vinte anos. É necessário ter soluções que mitiguem os impactos de nossa operação na atmosfera e no meio ambiente, embora seja responsável por apenas dois por cento das emissões de gás de efeito estufa na atmosfera”, afirmou.

O presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás



(IBP), Roberto Ardenghy, manifestou apoio ao projeto de lei, que aponta para a descarbonização da matriz energética brasileira.



O tema do projeto de lei é importante e aponta para o futuro desse segmento, desse setor tão estratégico para a nossa mobilidade. O setor aéreo tem discutido uma jornada de descarbonização há mais de vinte anos”

“Vivemos um momento muito complexo da realidade mundial e brasileira com a questão ligada ao aquecimento global e a emissão de gás de efeito estufa. O setor de óleo e gás internacionalmente é o primeiro a reconhecer que é um dos grandes responsáveis por

essa questão do aquecimento global, que começou há duzentos anos com a revolução industrial”, situou.

O presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bionergia (Única), Evandro Gussi, salientou que o desafio da transição energética é um problema global.

“Nós estamos a decidir com essas ações qual o modelo de vida que queremos ter para nós, filhos, netos, bisnetos sobre a viabilidade do modo de viver sobre a Terra, não só hoje, mas nas próximas décadas, no próximo século. É essa decisão que no fundo está sobre as nossas mãos. Não é por acaso que a humanidade se movimenta sobre esse tema como nunca se movimentou, provavelmente, por tema nenhum”, ressaltou.



A gerente-executiva ambiental da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Érica Vieira Marcos, defendeu uma transição energética técnico-efetiva e manifestou ressalva quanto a dispositivos do projeto de lei relacionados ao teor de biodiesel no diesel.

“A adição favorece a ocorrência de problemas mecânicos e gera custos adicionais, sobretudo nas frotas de transporte de carga e de passageiros”, alertou.

Mercado de carbono

O Senado também vai analisar o PL 182/2024, que cria limites de emissões de gases do efeito estufa para empresas. O projeto, que teve origem na Câmara, ainda aguarda a designação de relator e o envio às comissões permanentes da Casa para discussão. O texto estabelece um mercado regulado de títulos de compensação e geração de créditos por emissões de gases de efeito estufa. O mercado deve estar vinculado ao Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa

(SBCE), desenvolvido em cinco fases ao longo de seis anos.

O Brasil é um dos maiores emissores de gases de efeito estufa, cerca de 2 bilhões de toneladas de gás carbônico por ano. O objetivo da proposta é criar



É necessário ter soluções que mitiguem os impactos de nossa operação na atmosfera e no meio ambiente, embora seja responsável por apenas dois por cento das emissões de gás de efeito estufa na atmosfera”

incentivos para frear as emissões e os impactos climáticos das empresas. O projeto elenca uma série de ações que podem gerar créditos de carbono. Entre elas, estão: recomposição, manutenção e conservação de áreas de preservação

permanente (APPs), de reserva legal ou de uso restrito e de unidades de conservação; unidades de conservação integral ou de uso sustentável com plano de manejo; e projetos de assentamentos da reforma agrária. Povos indígenas e comunidades tradicionais ficam autorizados a entrar nesse mercado por meio de associações. O mesmo vale para assentados da reforma agrária.

O sistema pode negociar cotas brasileiras de emissão (CBE) e certificados de redução ou remoção verificada de emissões (CRVE). Cada CBE ou CRVE representa uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e). Assim, cada certificado de redução ou remoção permite cancelar uma cota de emissão de gases.

A ideia é que, após um tempo de adaptação, as atividades econômicas com mais dificuldades de reduzir emissões por processos tecnológicos comprem cotas e certificados que atestem a captação do que foi liberado na atmosfera, zerando a emissão líquida.

Em dezembro de 2023, durante

a Conferência da Organização das Nações Unidas para o Clima, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, o senador Veneziano destacou o papel do Congresso Nacional na regulamentação do mercado de carbono.

“Nós temos que fazer a regulação nessa área. O Congresso Nacional assume o seu papel de legislador para aprimorar muitas dessas matérias de iniciativa do Executivo e outras até mesmo dos próprios congressistas. Nós temos o mercado de carbono, nós temos o marco das eólicas offshore. Aprovamos um projeto de lei que fala sobre o armazenamento e a captação do carbono. São várias as matérias que estão sob a nossa responsabilidade ou da Câmara para que possamos ter esse embasamento legislativo e, com isso, permitir também que investimentos sejam feitos e relações internacionais sejam consumadas”, afirmou.

Hidrogênio verde

O Senado também criou a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde (CEHV). Presidida pelo senador Cid Gomes (PSB-CE), a comissão tem por objetivo debater, até 2025, políticas públicas sobre o hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia no setor.

Elemento químico encontrado na atmosfera, o hidrogênio pode ser utilizado como uma forma de energia limpa, substituindo fontes poluentes em diversos setores. A indústria de hidrogênio trata dos processos de produção, armazenagem, distribuição e transporte do hidrogênio e seus derivados.

Em dezembro do ano passado, a comissão aprovou o projeto que cria um marco legal para o setor. Para financiar a nova política e promover transição energética e desenvolvimento sustentável, o PL 5.816/2023 cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de



O setor de óleo e gás internacionalmente é o primeiro a reconhecer que é um dos grandes responsáveis por essa questão do aquecimento global, que começou há duzentos anos com a revolução industrial”



Baixo Carbono (PHBC). Apresentado pelos senadores Fernando Dueire (MDB-PE), Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) e Cid Gomes, o texto recebeu voto favorável do relator, o senador Otto Alencar (PSD-BA), e seguiu para exame da Câmara dos Deputados.

O projeto autoriza o governo a criar um sistema para certificar as empresas produtoras dos diferentes tipos de hidrogênio, considerando critérios internacionalmente aceitos. As empresas emissoras de carbono poderão também gerar ativos comercializáveis no mercado de carbono. A autorização para a produção do hidrogênio de baixo carbono caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A autorização para a produção de hidrogênio proveniente da eletrólise da

água caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Outros cinco projetos tramitam na CEHV, entre eles, o PL 1.878/2022, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente (CMA), que cria a política que regula a produção e usos para fins energéticos do hidrogênio verde.

O projeto contempla o hidrogênio verde produzido por hidrólise da água de energia renovável, embora essa não seja a única maneira de obter hidrogênio sustentável, isto é, carbono neutro ou negativo.

Como forma de ampliar o alcance e garantir a sustentabilidade da proposta, o texto recebeu emenda do senador Esperidião Amin (PP-SC), que inclui no projeto o hidrogênio musgo, produzido a partir de biocombustíveis.

Mais de 253 mil já foram beneficiados pelo Desenrola FIES



Promovido pelo Governo Federal para equacionar dívidas de estudantes com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o programa Desenrola FIES já beneficiou 253.142 pessoas em todo o Brasil com descontos na dívida que chegam a 99% do valor original. Os números fazem parte do balanço mais recente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com dados do programa até a primeira semana de abril. As renegociações referem-se a contratos firmados até 2017 e com débitos em 30 de junho de 2023. Até o momento, já foram renegociados R\$ 11,51 bilhões em dívidas, resultando em um saldo de dívida posterior de R\$ 2,18 bilhões. Apenas com a parcela de entrada, o retorno aos cofres públicos foi de R\$ 475,6 milhões.

BNDES destina mais R\$ 113,7 milhões do Fundo Amazônia



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou R\$ 113,7 milhões do Fundo Amazônia para dois novos projetos dirigidos a comunidades indígenas nos nove estados da Amazônia Legal. Com potencial para beneficiar até 332 terras indígenas, os projetos foram elaborados em parceria com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), maior organização indígena do Brasil, composta de federações regionais e associações locais na Amazônia e por 180 diferentes povos. As iniciativas foram anunciadas no dia 19 de abril, em cerimônia comemorativa pelos 35 anos da Coiab, em Brasília. Com as aprovações, o valor destinado pelo Fundo Amazônia a iniciativas com foco exclusivo nos povos indígenas, desde fevereiro do ano passado, chega a R\$ 147 milhões.

Campanha em defesa dos povos indígenas e da biodiversidade

O Governo Federal lançou no dia 19 de abril, data em que são celebradas a riqueza e a diversidade dos povos indígenas no Brasil, a campanha "Brasil Terra Indígena". A iniciativa, promovida pela Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República e pelo Ministério dos Povos Indígenas, busca sensibilizar a população para a profunda conexão entre a cultura dos povos indígenas e a preservação ambiental, ressaltando que a proteção dos territórios indígenas é fundamental para a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ecológico do país. Com o lema "Terra indígena é terra de cuidado, de preservação, de diversidade, de cultura. E isso é bom para todos", a cam-



panha reforça o compromisso nacional com o desenvolvimento de políticas públicas que garantam os direitos dos povos indígenas e a proteção de seus territórios.

Renda média per capita cresce 11,5% e atinge maior valor em 12 anos



A renda domiciliar per capita no Brasil cresceu 11,5% em 2023 em comparação a 2022, atingindo o recorde de R\$ 1.848. De acordo com a PNAD Contínua Rendimento de Todas as Fontes, pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é o maior valor da série histórica da pesquisa, que teve início em 2012. Os indicadores consideram todas as origens de rendimento, ou seja, além dos provenientes do trabalho, há a categoria outras fontes, que é composta por aposentadoria e pensão, aluguel e arrendamento, pensão alimentícia, doação e mesada de não morador e outros rendimentos. Com a melhora do mercado de trabalho e o aumento do número de beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família, a massa de rendimento mensal domiciliar per capita também teve aumento de 12,2% em comparação ao ano anterior, e chegou a R\$ 398,3 bilhões.

Governo brasileiro apresenta políticas de combate ao racismo



A participação do governo brasileiro, representado pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR), no âmbito da 3ª sessão do Fórum Permanente de Afrodescendentes da ONU, em Genebra (Suíça), ampliou a atuação do Brasil na promoção de garantias dos direitos da população negra brasileira. Com o objetivo de compartilhar as iniciativas e políticas em cooperação e pautar acordos internacionais para combater o racismo multilateralmente, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, participou de reuniões com representantes dos governos dos Estados Unidos e da Colômbia, num reforço dos laços históricos e de cooperação entre os países.

Tributação dos super-ricos e o desenvolvimento sustentável

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o Brasil vai trabalhar de maneira incansável para a taxação internacional dos mais ricos e o combate à fome, na expectativa de que um dia essas pautas possam ser incorporadas ao senso comum. O ministro acredita que casar duas das prioridades da Presidência brasileira do G20 pode sinalizar para o mundo uma perspectiva de mais bem-estar e esperança. Na visão de Haddad, apesar da estabilidade na economia global, são necessários novos recursos para que o crescimento se torne robusto e traga ganhos coletivos: "A desigualdade tem aumentado e os objetivos do desenvolvimento sustentável estão cada vez mais distantes. Na Presidência brasileira do G20 tenho defendido uma nova globalização, baseada em critérios sociais e ambientais", enfatizou.





Helder Barbalho é reeleito presidente do Consórcio

Com apoio dos 9 Estados, o governador do Pará foi reeleito por unanimidade e exercerá o segundo mandato até 31 dezembro de 2024

■ Da Secom Governo do Pará

O governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, foi reeleito presidente do Consórcio da Amazônia Legal. A eleição ocorreu durante o 27º Encontro de Governadores da região. Ele teve o apoio unânime dos nove chefes de Executivo dos estados amazônicos e exercerá o segundo mandato até 31 de dezembro de 2024.

Entre as realizações do governador do Pará em seu primeiro ano na presidência do Consórcio, destaca-se a estruturação de um sistema de compras compartilhadas, em que os estados membros do CAL - Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins - podem reali-

“

A união dos Estados no Consórcio nos fortalece para enfrentar os desafios e também para valorizar oportunidades. A realização da COP pela primeira vez na Amazônia nos permitirá mostrar ao mundo a realidade brasileira da maior floresta tropical do planeta, onde vivem 29 milhões de pessoas”

zar a aquisição de itens e serviços de forma conjunta através da Autarquia, e assim obterem vantagens com uma economia de escala em recursos humanos e financeiros. Está em fase de finalização a primeira licitação internacional neste formato, para compra de munições, a fim de atender às secretarias de Segurança Pública de toda a Amazônia Brasileira.

O Consórcio também estabeleceu um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério de Justiça e Segurança Pública para que o Governo Federal apoie os estados consorciados no transporte e distribuição das munições que serão adquiridas. A parceria foi estabe-



A discussão de qualquer solução envolvendo a Amazônia precisa necessariamente conciliar vocações econômicas com inclusão social e valorização da biodiversidade. É com esse norte que trabalhamos para acelerar o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal”

lecionada e publicada em Diário Oficial no último dia 30 de janeiro.

Como presidente do Consórcio, o governador Helder Barbalho participou das negociações para estruturação e lançamento do Fundo Multidoador para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, feito em parceria com a ONU e tendo um comitê gestor integrado por três ministérios (Relações Exteriores, Planejamento e Desenvolvimento Social e Combate à Fome), o Consórcio da Amazônia Legal e a própria ONU. Além de atuar no combate ao desmatamento, esse fundo capta recursos para outras áreas, como projetos de saneamento, educação, bioeconomia e indústria. Por ser mais abrangente, o Fundo pode empregar recursos em áreas que visam ao desenvolvimento econômico e social. Ele é considerado complementar ao Fundo Amazônia, focado no combate ao desmatamento. Neste segundo ano de atuação do governador, o Consórcio planeja ampliar o sistema de compras compartilhadas para outras áreas, como regularização fundiária, saúde, educação e infraestrutura. Ações como a melhoria dos serviços de ATER (assistência técnica e extensão rural), estruturação dos órgãos estaduais de governança fundiária, fomento da cultura como geradora de emprego e renda e melhoria na gestão escolar também estão no radar da instituição.



Além disso, o governador do Pará vai sediar a COP30 em 2025, e deverá trabalhar junto com os demais estados para que o evento resulte em legados e conquistas importantes para toda a região Amazônica. A floresta está no centro do debate mundial sobre mudança climática e o governador defende que o Norte Global financie ações necessárias para combater o desmatamento na Amazônia e desenvolver uma economia que faça a floresta viva valer mais do que a floresta morta.

"A união dos Estados no Consórcio nos fortalece para enfrentar os desafios e também para valorizar oportunidades. A realização da COP pela primeira vez na Amazônia nos permitirá mostrar ao mundo a realidade brasileira da maior floresta tropical do planeta,

onde vivem 29 milhões de pessoas. A discussão de qualquer solução envolvendo a Amazônia precisa necessariamente conciliar vocações econômicas com inclusão social e valorização da biodiversidade. É com esse norte que trabalhamos para acelerar o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal", diz o governador Helder Barbalho.

No Pará, toda a organização para receber a COP no ano que vem está sendo pensada de forma a trazer conquistas permanentes para Belém, como é o caso do Parque da Cidade, que está sendo construído para sediar o evento e que será em um espaço multidisciplinar com edificações, paisagismo e instalações esportivas voltado para promoção de qualidade de vida, lazer, interação, cultura, arte e bem-estar da população.

■ É constitucional **trajes religiosos** em fotos de documentos

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Constituição assegura a utilização de roupas e acessórios relacionados à crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação da pessoa, ou seja, o rosto precisa estar visível. A decisão foi tomada pelo Plenário da Corte. O caso teve origem em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a União e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, a partir de representação de uma freira que foi impedida de utilizar o hábito religioso na foto para renovar sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH).



■ Barroso se reúne com membros da Unesco para discutir **desinformação e parcerias**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, se reuniu com a diretora e representante da Unesco no Brasil, Marlova Jovchelovitch Noletto. O tema do encontro, realizado no Tribunal, foi a desinformação e seus impactos negativos para as instituições públicas e privadas. O chefe da Área de Liberdade de Expressão e Segurança de Jornalistas da Unesco, Guilherme Canela, também participou do encontro. Barroso e Marlova Noletto conversaram sobre as propostas de regulação de plataformas digitais, além de diretrizes para a aplicação de inteligência artificial e seus desafios no mundo moderno. A Unesco é parceira do STF no Programa de Combate à Desinformação, criado em agosto de 2021 para enfrentar as práticas de desinformação que afetam a confiabilidade na instituição.



■ Presidente do TSE institui **Museu da Democracia**

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, participou da instituição do Museu da Democracia. O espaço foi no prédio do Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE), no centro da cidade do Rio de Janeiro (RJ). O novo local para exposições é fruto de acordo de cooperação entre o TSE e o município do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Cultura. O termo foi assinado no dia 11 de dezembro do ano passado. O Museu tem como missão contribuir para o conhecimento político, histórico, cultural e econômico do Brasil ao propor leituras de um mundo em intensas transformações. É um espaço de convivência social, educação, conhecimento científico e manutenção das liberdades civis e políticas.



■ MPF cria Grupo de Atuação Especial contra crimes cibernéticos

O Ministério Público Federal criou o Grupo de Atuação Especial no Combate aos Crimes Cibernéticos e aos Crimes praticados mediante o uso de Tecnologias de Informação (Gaccti). Ele foi implementado por meio de resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal. O objetivo do grupo é auxiliar os chamados procuradores naturais (membros do MPF que têm atribuição jurisdicional para atuar num determinado caso específico) nas investigações e ações criminais e cíveis de prevenção e repressão a crimes cibernéticos. A atuação do Gaccti ocorrerá nos casos que envolvam crimes cibernéticos, que são praticados exclusivamente por meio de sistema informatizado, e nos crimes praticados com o uso de tecnologia de informação, quando os sistemas informatizados são apenas uma das formas de executar a prática criminosa.



■ Auditoria do TCU analisa gestão do passivo financeiro da Petrobras

O TCU fez auditoria operacional para avaliar os resultados, a transparência e a regularidade dos procedimentos de gestão da dívida financeira da Petrobras. O trabalho constatou vulnerabilidade no processo de validação do Plano Anual de Captações (PAC), falta de dispositivo normativo no macroprocesso “Realizar captação ou pré-pagamentos de dívida” e fragilidade na avaliação do grau de risco de integridade (GRI) dos contratados.

Para o relator do processo, ministro Augusto Nardes, os exames da fiscalização atual “indicaram ter havido uma evolução salutar dos indicadores de endividamento da Petrobras, com aderência dos resultados almejados pela estatal na gestão da sua dívida”.



■ Novas regras por mais transparência em pesquisas eleitorais

As pesquisas de intenção de voto são uma parte importante do processo eleitoral. Os levantamentos servem para orientar as estratégias de campanhas e candidatos. Além disso, quando divulgados, os resultados podem influenciar a escolha dos eleitores, apontar os temas prioritários a serem debatidos, bem como indicar a viabilidade de determinadas candidaturas. Os números comprovam o amplo uso e a relevância desse instrumento: nas Eleições Gerais de 2022, foram realizadas em todo o país 2.971 pesquisas, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No caso das Eleições Municipais de 2024, embora o pleito ocorra apenas em outubro, as pesquisas já estão em andamento: o sistema do TSE já registra mais de 900 sondagens, número que deve crescer nos próximos meses.



'A cruel violência contra a mulher idosa

“O mais comum é que a violência se instale na vida da mulher idosa pela via psicológica”, destaca juíza do TJDF

■ Por Ana Moura, da Agência CNJ de Notícias

Há 12 anos na coordenação da Central Judicial da Pessoa Idosa (CNJI) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), uma rede que reúne também o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), a juíza Monize Marques falou à Agência CNJ de Notícias sobre o panorama do envelhecimento no Brasil, das relações familiares, do retrato da violência e perspectivas para as próximas décadas.

“Nossa sociedade vai precisar ressignificar o envelhecimento, trazer mais para perto, conviver de forma mais harmônica para podermos construir uma comunidade que, segundo a ONU, seja boa para todas as idades”, destaca a magistrada.

Leia a entrevista completa

De que forma a longevidade da população feminina se traduz no dia a dia do Judiciário?

Nosso país está envelhecendo e, com a quantidade de pessoas idosas aumentando, a população idosa acaba sendo parte tanto da perspectiva cível quanto das criminais. Temos cada vez mais pessoas idosas em algum polo do processo. Quando caminhamos para a seara das

violências, normalmente a mulher idosa é vítima dos seus filhos, no contexto de violência doméstica. Atualmente, cerca de 20% das varas são ocupadas por processos que envolvem violências com idosas cometidas por seus filhos. É um número bastante assustador, um panorama distinto do que acontece no âmbito na Lei Maria da Penha, com o rompimento do vínculo, a exclusão do agressor do convívio ou a retirada da vítima do local da violência.



Nossa sociedade vai precisar ressignificar o envelhecimento, trazer mais para perto, conviver de forma mais harmônica para podermos construir uma comunidade que, segundo a ONU, seja boa para todas as idades”



No caso das idosas, a parentalidade não pode ser rompida. É possível expedir medida protetiva, mas quando a mãe percebe que vai colocar o filho na cadeia, ela opta por não denunciar. Grande parte das situações de violência em que o filho é o agressor são levadas à Justiça por denúncias feitas por vizinhos. O que é diferente quando a vítima está num contexto de conjugalidade, a mulher em algum momento vai buscar romper a relação abusiva. Entre mãe e filho, na maioria das vezes, o descendente é o único cuidador, única pessoa de confiança, única companhia, às vezes se tornou agressivo com o tempo em função de adversidades.

Como surge a violência na vida das idosas? É perceptível?

Embora não seja regra, o mais comum é que a violência se instale na vida da

mulher idosa pela via psicológica. De forma sutil é retirada a autonomia dessa mulher com frases prontas como “Você não vai dar conta”, “Deixe que eu cuido disso para você”, “Você não consegue mais gerir seus bens”.

No Distrito Federal, o mapa em que figuram os três primeiros lugares violência contra idosas estão em posições antagônicas nas classificações da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) relativo à classe e renda. O local que representa o maior agressor, hoje, é Ceilândia, de renda baixa. Segundo maior agressor é Brasília, de renda alta. Terceiro maior agressor, de renda média. A existência do patrimônio não impede o delito.

No entanto, o patrimônio direciona o delito para uma determinada área. Por exemplo, no Plano Piloto (Brasília), temos um grande número de violência psicológica seguida de abuso patrimonial. Nas áreas mais carentes temos violência psicológica seguida de negligência, que é a ausência de cuidados, abandono por dois ou três dias.

Quais são as demandas mais complexas da Central Judicial da Pessoa Idosa?

No ano passado, a CIJ realizou 27 mil atendimentos virtuais, incluindo WhatsApp, e presenciais. Entre os atendimentos estão ações relacionadas à bioética como idosos que recusam tratamentos médicos ou tratamentos experimentais. Por exemplo, paciente diabético que precisa amputar o pé para salvar sua vida. Com a recusa, a idosa perde sua vida. Se ela estiver lúcida, assina um termo de responsabilidade e volta para casa. Questões bioéticas são cada dia mais recorrentes, como recusa de hemodiálise, intubação, internação, quimioterapia, etc. Outro problema é a paternidade tardia, idosos que se tornam pais aos 70, 75 ou 80 anos e disputa de patrimônio com outros filhos, com novos conflitos agregados, com a lucidez questionada e pedido de curatela.



As idosas estão expostas a outros tipos de violências que não costumam ser mencionados?

Diferentemente das relações conjugais, a violência física e sexual não é predominante entre as idosas. Entretanto, em menor número ainda são registrados casos de agressões sexuais em mulheres idosas praticadas em sua maioria por netos, pessoas próximas e eventualmente por filhos. A vítima morre de vergonha. O caso só chega ao conhecimento da Justiça por meio das notificações compulsórias da Saúde. Quando ela procura a assistência médica por um problema decorrente, é identificada a causa e reportada automaticamente. Existe uma subnotificação. Isso não existia antes porque a expectativa de vida era menor.

Quais são os desafios para uma boa convivência entre os idosos, que serão numericamente cada vez mais expressivos, e a população mais jovem?

O principal é a sociedade aceitar essa convivência intergeracional, buscar mecanismos de inclusão saudável, de permitir que a pessoa idosa continue permitindo que a pessoa idosa continue



desenvolvendo suas atividades de lazer, a Universidade de Brasília lançou o vestibular 60+, tudo isso fruto de uma necessidade. Nossa sociedade vai precisar ressignificar o envelhecimento, trazer mais para perto, conviver de forma mais harmônica para podermos construir uma comunidade que, segundo a ONU, seja boa para todas as idades. Não é do interesse de ninguém criar um gueto de 60+, eles precisam ter acessibilidade, ser inseridos no mercado de trabalho, nos espaços sociais e quando não for o caso, protegidos. Mas isso é uma mudança que precisa ser cultural. Por enquanto, temos uma invisibilidade dessa cifra que impede que políticas públicas consistentes sejam realizadas.

No Brasil, temos uma questão delicada que é a aposentadoria. De acordo com o Ministério da Previdência Social, os homens recebem mais benefícios por-



que têm mais vínculo formal de trabalho, no entanto mulheres, embora, recebam menos benefícios, vivem mais. O que esperar para os próximos anos?

O Estatuto da Pessoa Idosa prevê o pagamento do benefício da prestação continuada (BPC), um benefício assistencial não vinculado à contraprestação ao longo da vida. Estamos vivendo um processo de transição, da nossa geração, da faixa dos 40/50, temos o privilégio de viver essa transição demográfica. A nossa geração, em geral, tem um fator de recolhimento previdenciário que vai nos permitir aposentar com um recebimento provavelmente maior que nossas avós. Porque como elas estavam em casa, normalmente, ligadas ao trabalho doméstico, o máximo que elas conseguiriam seria o recolhimento referente ao salário mínimo. O mesmo não ocorria com os homens, com um recebimento nominal maior.

Dentro da vulnerabilidade legal, quem tem condições de receber do Estado um tratamento voltado ao protagonismo, no caso, a preservação completa da sua autonomia, dos seus desejos, das suas vontades e de suas perspectivas até os 100 anos.

A Justiça por Todas Elas

Ao longo do mês de março, a Agência CNJ de Notícias publica uma série de reportagens sobre ações do Judiciário pela garantia dos direitos das mulheres. Esses conteúdos compõem a campanha "A Justiça por Todas Elas", idealizada pelo CNJ em alusão ao Dia Internacional da Mulher, em 8/3. Uma página dedicada à campanha e uma cartilha são algumas das iniciativas da ação que tem como foco idosas, crianças, trabalhadoras, mulheres privadas de liberdade, com deficiência, adolescentes, vítimas de tráfico, grávidas, mães e lactantes, indígenas e LGBTQIAPN+.

Conheçam os direitos da pessoa idosa

Saúde

Pessoas idosas têm atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde (SUS) e é vedada a discriminação, nos planos de saúde, pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

Transporte

Nos veículos de transporte coletivo, serão reservados 10% dos assentos para pessoas idosas, assim como é assegurada a reserva de 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados.

Educação e cultura

Pessoas idosas têm direito a 50% de desconto nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer.

Trabalho na terceira idade

É proibida a discriminação e a fixação de limite máximo de idade na contratação de empregados, sendo passível de puni-

ção quem o fizer, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada. O Estatuto do Idoso determina que o Poder Público criará e estimulará programas de profissionalização especializada para idosos, preparação dos trabalhadores para aposentadoria e o estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

Proteção

O Estatuto do Idoso determina que nenhuma pessoa idosa poderá ser objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão. A lei considera violência contra idosos qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico. A discriminação de uma pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade resulta em pena de reclusão de seis meses a um ano e multa.

Direitos

Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência ou congêneres ou não prover suas necessidades básicas, conforme o artigo 98 do Estatuto do Idoso, gera pena de detenção de seis meses a três anos e multa. Pena de detenção de dois meses a um ano e multa para quem expuser a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes. Fica sujeito à mesma pena quem privar o idoso de alimentos e cuidados indispensáveis, ou quando sujeitá-lo a trabalho excessivo ou inadequado. A pena pode ser aumentada de um a quatro anos se houver lesão corporal de natureza grave e reclusão de quatro a 12 anos se o fato resultou em morte.



Pensão alimentícia

Pessoas idosas que, a partir de 60 anos de idade, não têm condições de se sustentar nem contam com auxílio de parentes próximos têm direito a pensão alimentícia. O benefício funciona nos mesmos moldes que a pensão paga pelos pais aos filhos. O artigo 12 do Estatuto do Idoso determina que a obrigação alimentar é solidária, ou seja, apesar de todos os filhos terem a obrigação, a ação pode ser promovida somente contra um deles que tenha melhor condição financeira.

Canais de denúncia:

Rede de Proteção à Mulher

Ouvidoria Nacional da Mulher - CNJ

Formulário eletrônico

Telefones: (61) 2326-4615 - das 14h às 19h

Representação Administrativa - Corregedoria Nacional de Justiça

Formulário eletrônico.

Ouvidoria das Mulheres do Conselho Nacional do Ministério Público

Telefone: (61) 3315-9476 (WhatsApp)

E-mail: ouvidoriadasmulheres@cnmp.mp.br

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (unidades especializadas da Polícia Civil, que realizam ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres,

entre outros). Acesse os contatos das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (arquivo em .pdf)

Governo Federal

Ligue 180 (denúncias e informações sobre violência doméstica) ou acesse pelo WhatsApp. Para entrar em contato com o serviço, é preciso adicionar o Ligue 180 no WhatsApp, enviando uma mensagem para o número (61) 9610-0180.

Polícia Militar

Ligue 190 (telefone da Polícia Militar que deve ser acessado em casos de necessidade imediata ou socorro rápido)

Defensoria Pública

Defensoria Pública é uma instituição que presta assistência jurídica gratuita às pessoas que não podem pagar um advogado. Qualquer pessoa que receba até três salários mínimos por mês ou possa comprovar que, mesmo recebendo mais, não tem condições de pagar um advogado particular, tem direito de ser atendido. Em casos mais graves de violência doméstica, a Defensoria Pública pode auxiliar a vítima pedindo uma medida protetiva a um juiz ou juíza. Estas são medidas de urgência para proteger mulheres vítimas desse crime.

Comarca de Corumbá completa **150 anos**



Sessão extraordinária do Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul na cidade marcou a data histórica de sua primeira comarca

Da Redação

Para celebrar o sesquicentenário da primeira Comarca de Mato Grosso do Sul, o Tribunal de Justiça tornou Corumbá, nos dias 26 e 27 de março, a sede do Poder Judiciário do estado. A cidade recebeu 21 dos 37 desembargadores do TJMS para uma sessão solene fora da capital sul-mato-grossense, além de uma série de atividades comemorativas.

O último ato, na quinta, 27, o presidente do TJMS, desembargador Sérgio Fernandes Martins, comandou uma sessão do Pleno do Tribunal. Foi a



Corumbá deu e continua dando a sua contribuição para a formação dos brasileiros, sob todos os aspectos, bem sublinhada pela solidez das conquistas e realizações de um povo pacífico e ordeiro”

segunda vez que os desembargadores realizaram uma sessão em Corumbá. A primeira ocorreu em setembro de 2015, para formalizar a elevação da mais antiga comarca sul-mato-grossense à Entrância Especial.

Foi um ato simbólico e comemorativo que contou com 21 desembargadores da Corte. Na solenidade – realizada no Centro de Convenções, às margens do rio Paraguai – foi lida mensagem do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. Na carta, o ex-

presidente do STF entre 2008 e 2010, homenageou os 150 anos da comarca de Corumbá.

“Com sua história marcante, a comarca da Cidade Branca representa o compromisso do Poder Judiciário com a sociedade, a revelar, ontem e hoje, o empenho das instituições sul mato-grossenses para a promoção da paz e da justiça”, dizia um trecho da carta do ministro do STF lida pelo desembargador e presidente do TJMS, Sérgio Martins.

O roteiro de homenagens seguiu com a condecoração dos desembargadores aposentados Claudionor Miguel Abss Duarte (nascido em Corumbá no distrito de Albuquerque); Julizar Barbosa Trindade - que julgou em Corumbá - e Dileta Souza Thomaz. Eles foram condecorados com o 'Colar do Mérito do Judiciário'.

“Corumbá deu e continua dando a sua contribuição para a formação dos brasileiros, sob todos os aspectos, bem sublinhada pela solidez das conquistas e realizações de um povo pacífico e ordeiro”, disse o desembargador Claudionor Duarte em nome dos colegas homenageados.

Também participou da sessão solene o vice-governador de Mato Grosso do Sul, José Carlos Barbosa. Ele leu mensagem enviada pelo governador do estado, Eduardo Riedel. “É um ato histórico de fazer essa sessão para registrar a presença e a importância do Poder Judiciário nessa cidade tão histórica e de tantas passagens importantes”, disse. A carta do governador foi depositada na 'Cápsula do Tempo' do TJMS, que foi lacrada nesta quarta-feira, dia 27, para ser aberta no bicentenário da Comarca, em 2074. Prefeito de Corumbá, Marcelo Iunes compôs a Mesa Diretora da sessão. O chefe do Executivo Municipal ressaltou que a atuação da justiça em Corumbá “remete à imagem imediata do justo, aquilo que está acima do indivíduo, que proporciona igualdade entre os homens, aos ideais do devido processo legal, da



“Com sua história marcante, a comarca da Cidade Branca representa o compromisso do Poder Judiciário com a sociedade, a revelar, ontem e hoje, o empenho das instituições sul mato-grossenses para a promoção da paz e da justiça”



imparcialidade, da ampla defesa, porém a evolução da sociedade demonstra que o jurisdicionado clama pela Justiça da pacificação social, humana, efetiva e célere. Esse é o grande desafio do Poder Judiciário atualmente”.

Iunes depositou o mais recente exemplar da Lei Orgânica do Município na 'Cápsula do Tempo' e entregou Título de Hóspede de Honra ao presidente do Tribunal de Justiça e aos 20 desembargadores que participaram da sessão extraordinária do TJ em Corumbá.

Cápsula do Tempo e Selos dos 150 anos

Ainda na sessão solene, o presidente do Tribunal de Justiça assinou portaria que oficializou o projeto cultural “Cápsula do Tempo do TJMS: A Cápsula foi lacrada, com mensagens para o futuro, e afixada em seu local no Fórum. A urna será reaberta apenas em 2074, nas celebra-

ções dos 200 anos da comarca de Corumbá.

O superintendente estadual dos Correios em MS, Gelson Leonel do Nascimento, entregou, então, ao presidente do TJMS o carimbo e os selos obliterados de comemoração aos 150 anos da comarca. O selo será parte integrante do memorial da história da comarca e estará disponível para colecionadores posteriormente. No mesmo ato, foi informado sobre o lançamento do Livro “150 anos da Comarca de Corumbá” e entregues os primeiros exemplares às autoridades presentes. As atividades realizadas na quarta-feira, dia 27 de março, tiveram início com missa em ação de graças ao sesquicentenário, celebrada na Catedral Nossa Senhora da Candelária, descerramento de duas placas do projeto Rastros da História, diante do antigo fórum e do museu da cidade.

Comarca de Corumbá é mais antiga que Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul

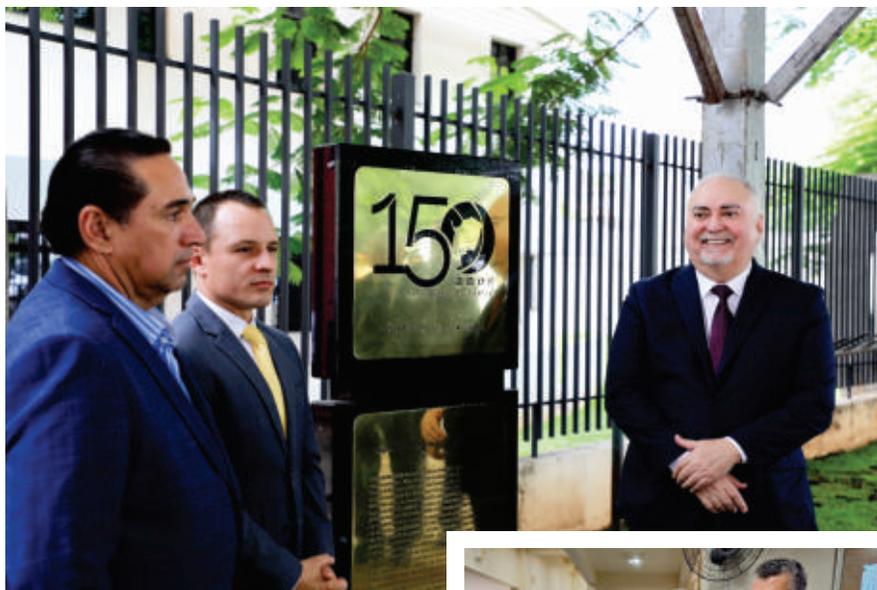
Cidade recebeu 21 dos 37 desembargadores do Tribunal de Justiça de MS para uma Sessão Solene para celebrar

Da Redação

Os festejos do sesquicentenário da criação da comarca de Corumbá começaram com ato solene da sede do Fórum da cidade, localizado na rua 21 de Setembro. O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), desembargador Sérgio Fernandes Martins, abriu as comemorações na manhã da terça-feira, 26 de março.

Um totem foi inaugurado na frente do Fórum com os nomes dos 67 magistrados que passaram pela comarca desde 1874. Em seguida, foi descerrada, ainda na calçada, a Placa nº 1 do “Rastros da História”, projeto do TJMS de preservação da sua memória. A placa contém um QR Code que redireciona o visitante, ao apontar a câmera do celular, para um vídeo produzido pela Secretaria de Comunicação do TJMS sobre histórias e curiosidades do local.

“O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul é mais novo que a Comarca de Corumbá. Com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, nós só temos o Poder Judiciário aqui, nessa parte do antigo Mato Grosso, a partir de 1977, na verdade, a implantação foi em 1979, temos pouco mais de 44 anos. Por sua vez, a Comarca de Corumbá data do século 17. E, evidentemente, com muito mais bagagem do que a própria história do Tribunal de Justiça, que é mais recente. Por



isso, temos muito a aprender com o que já foi feito aqui”, destacou o desembargador Sérgio Martins.

A comarca de Corumbá, que compreende ainda o distrito de Albuquerque, foi criada pela Lei nº 1, de 04 de maio de 1873, e instalada no dia 19 de fevereiro de 1874. Foi elevada à segunda entrância em 10 de julho de 1973. A comarca de Ladário permanece vinculada a Corumbá até sua efetiva instalação. A Lei nº 4716, de 14 de setembro de 2015, elevou a comarca para entrância especial.



O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul é mais novo que a comarca de Corumbá. Com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, nós só temos o Poder Judiciário aqui, nessa parte do antigo Mato Grosso, a partir de 1977, na verdade, a implantação foi em 1979, temos pouco mais de 44 anos”



Ainda na abertura aconteceu o lançamento do selo comemorativo dos 150 anos da comarca. No mesmo momento, foi obliterado o Selo nº 1, que é parte integrante do memorial da história da comarca e estará disponível para colecionadores posteriormente.

Houve a inauguração da exposição histórica que conta um pouco dos anos de desenvolvimento da Comarca, especialmente pela mostra de processos históricos que representam recortes da sociedade corumbaense, suas crenças e costumes, além de painéis que abordam a linha do tempo do exército brasileiro e sua influência no processo civilizatório.

No período vespertino foi apresentado o monólogo do Processo do Barão de Vila Maria. A peça narrou o inventário aberto após a morte do barão, em 1876, e que teve como inventariante uma importante figura histórica de



Corumbá, o coronel Antônio Joaquim Malheiros.

“Essa celebração vai muito além de um marco histórico. A Comarca de Corumbá sempre desempenhou um papel fundamental na garantia dos direitos e na pacificação social da região. Estes 150 anos mostram a capacidade de se adaptar às novas demandas da sociedade sempre tendo como norte os pilares da justiça e cidadania”, disse o prefeito de Corumbá, Marcelo Iunes.

Ações internas do TJ

Em ação interna, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Fernandes Martins, assinou com o prefeito de Corumbá, Marcelo Iunes, termo de cooperação para cedência de servidores e estagiários de nível superior e um termo de aditivo de convênio quanto ao atendimento da Política Nacional das Relações de Consumo, mediante instalação do Cejusc na área consumerista Com o prefeito de Ladário, Iranil de Lima Soares, foi assinado um termo de coope-



A comarca de Corumbá data do século 17. E, evidentemente, com muito mais bagagem do que a própria história do Tribunal de Justiça, que é mais recente. Por isso, temos muito a aprender com o que já foi feito aqui”

ração para a instalação do Ponto de Inclusão Digital no município.

O presidente também assinou o Projeto Sustentabilidade e entregou um veículo e seis novos monitores para os computadores dos magistrados. A Comarca terá todos os monitores substituídos até julho. Ainda entregou a 'Medalha de Bons Serviços Judiciários' a sete servidores da comarca de Corumbá. Foram entregues três medalhas de platina (mais de 35 anos de serviço), duas de ouro (mais de 30 anos), uma de prata (mais de 20 anos) e uma de bronze (mais de 10 anos).

Comarca de Corumbá tem como desafios crescer e se modernizar, diz presidente do TJMS

O caminho a ser trilhado pela mais antiga comarca sul-mato-grossense, que chegará ao bicentenário em 2074, é garantir qualidade, agilidade e facilidade de acesso ao jurisdicionado

Da Redação

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), desembargador Sérgio Fernandes Martins, afirmou que os desafios do Poder Judiciário são muitos e diferem dos enfrentados ao longo do século e meio de atuação judiciária em Corumbá, onde há 150 anos nasceu a primeira comarca do estado.

Na avaliação do presidente do TJMS, o caminho a ser trilhado pela mais antiga Comarca sul-mato-grossense, que chegará ao bicentenário em 2074, é crescer, física e estruturalmente, além de se modernizar para garantir qualidade, agilidade e facilidade de acesso ao jurisdicionado.

“Corumbá é uma comarca de Entrância Especial, foi elevada em 2015. São só quatro no estado: Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e a própria Corumbá. Chegou ao último e mais alto nível. Mas temos a necessidade de ampliação do número de varas e de todo um processo de informatização. Embora tenhamos aqui uma mini Central de Processamento Eletrônico (CPE), hoje tudo está evoluindo para a informatização. Então, temos que dar tratamento especial para cá, até pela distância que temos para a capital (Campo Grande). Então, temos de fazer tudo que puder, de forma não só digitalizada, mas informatizada”, disse o desembargador Sérgio Martins.

O Tribunal de Justiça, explicou o presidente, acompanha o desenvolvimento e crescimento do estado. E, em Corumbá - distante 425 km de Campo Grande - já há indicadores de um processo de evolução econômica. “Estamos percebendo que está chegando o



O Poder Judiciário tem que cuidar das pessoas, uma vez que surge uma série de decorrências dessas atividades e o administrador precisa e deve estar atento”

momento do desenvolvimento nesta região novamente. Desenvolvimento que já foi muito grande na época das navegações, mas que, agora, com a extração do minério; com a rota bioceânica e outras iniciativas, vislumbramos um desenvolvimento econômico que vai impactar no cotidiano do judiciário. Muitas questões vão acabar por chegar ao judiciário”, pontuou.

Esse impacto, fruto do crescimento econômico que se apresenta para Corumbá, na avaliação do chefe do



Poder Judiciário sul-mato-grossense vai refletir no cotidiano da comarca.

“Pode parecer só impacto econômico, mas tem impacto também no judiciário. O Poder Judiciário tem que cuidar dessas pessoas, uma vez que surge uma série de decorrências dessas atividades e administrador precisa e deve estar atento. Já conversamos com a OAB e estamos percorrendo todas as comarcas para nos certificarmos daqueles lugares que vão precisar mais de investimentos e prepararmos o orçamento do ano seguinte para investir naquele local. Estive aqui em Corumbá em março do ano passado e agora já viemos com o orçamento e uma série de benefícios para dar estrutura para comarca ter condições de crescer e funcionar”, observou o desembargador.

Sérgio Martins antecipou algumas novidades que vão ampliar os serviços prestados à população na comarca. “Iremos instalar em Ladário, cidade vizinha e que não é sede de comarca, um ponto de inclusão digital, que é uma espécie de minifórum. Lá, os usuários da justiça, testemunhas, aqueles que precisarem prestar algum depoimento, tiverem alguma questão a resolver, vão



poder, via videoconferência, se dirigir a este Posto e, de lá mesmo, o juiz vai entrevistá-lo da sede do Fórum. Então, ele não precisará se deslocar, evidente que em algumas questões ele vai ter que se dirigir ao Fórum. Mas, muito poderá ser



A comarca de Corumbá engloba também Ladário e o distrito de Albuquerque e, muito provavelmente, faremos, logo depois, um ponto de inclusão digital no distrito de Albuquerque. Mas tudo tem que ter o seu tempo”

feito no ponto de inclusão digital, que vai facilitar muito. Este serviço, acredito que vamos ter antes de junho aqui. A comarca de Corumbá engloba também

Ladário (distante 6 km) e o distrito de Albuquerque (distante 70 km da área urbana) e, muito provavelmente, faremos, logo depois, um ponto de inclusão digital no distrito de Albuquerque. Mas tudo tem que ter o seu tempo”, completou o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

A comarca de Corumbá

A comarca de Corumbá, que compreende ainda o distrito de Albuquerque, foi criada pela Lei nº 1, de 4 de maio de 1873, e instalada no dia 19 de fevereiro de 1874. Foi elevada a segunda entrância em 10 de julho de 1973. A comarca de Ladário permanece vinculada a Corumbá até sua efetiva instalação. A Lei nº 4716, de 14 de setembro de 2015, elevou a comarca para entrância especial. Atualmente, é composta por três Varas Cíveis, duas Varas Criminais e uma Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos, titularizadas pelos juízes Maurício Cleber Miglioranza Santos, Jessé Crucial Junior, André Luiz Monteiro, Idail de Toni Filho, Alan Robson de Souza Gonçalves e Luíza Vieira Sá de Figueiredo.

Num cenário distópico e inóspito, quatro jornalistas fazem um longo trajeto em busca de entrevistar o presidente estadunidense, percorrendo pontos distintos de uma nação arrasada

Jornalismo é protagonista em “Guerra Civil”

Por Salomão de Castro

Depois de grande expectativa, chegou aos cinemas de todo o Brasil o filme *Guerra Civil*, dirigido pelo britânico Alex Garland. Em um ano com eleições presidenciais nos Estados Unidos, o filme tem trama intrigante, em que o jornalismo tem papel central.

Com abordagem bastante objetiva desde o início, o filme mostra divisão nos Estados Unidos, havendo como antagonistas os apoiadores do presidente (Nick Offerman) os defensores de uma república independente, a ser liderada por Califórnia e Texas. A premissa chama atenção de imediato, pois, tradicionalmente, os dois estados têm preferências ideológicas distintas. O crítico Pablo Villaca chegou a apontar que, no Brasil, seria o equivalente à união de Ceará e Santa Catarina (estados que desde 2006, por exemplo, votam de forma distinta na eleição presidencial).

Num cenário distópico e inóspito, quatro jornalistas fazem um longo trajeto em busca de entrevistar o presidente estadunidense, percorrendo pontos distintos de uma nação arrasada. O trio é formado pela fotojornalista Lee Smith (Kirsten Dunst), o jornalista Joel (Wagner Moura), da Agência Reuters, e o veterano Sammy (Stephen McKinley Hen-

derson), do *The New York Times*. A eles se soma Jessie (Cailee Spaeny), fotojornalista iniciante que tem Lee como referência. O quarteto, então, segue para a atribulada pauta, acumulando conflitos internos e externos durante a jornada.

Com orçamento de US\$ 50 milhões, *Guerra Civil* marca o ingresso do estúdio A24 no contexto de superproduções. Até então, o estúdio esteve à frente de sucessos que se consagraram em premiações, como *Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo* (grande vencedor do Oscar em 2023), bem como *Zona de Interesse* e *Vidas Passadas*, que concorreram ao Oscar de melhor filme deste ano.

Elenco é destaque

Embora a premissa indique uma trama com conteúdo político, *Guerra Civil* privilegia a ação e as relações que se desenvolvem entre os jornalistas num cenário em que o pior pode acontecer a qualquer momento enquanto se encaminham para a pauta. A ação, no entanto, é intercalada por sequências também silenciosas, mas em que o risco extremo está sempre presente.

No elenco, o destaque é Kirsten Dunst. A atriz brilha desde *Entrevista com o Vampiro*, a adaptação do romance de Anne

Rice feita pelo cineasta Neil Jordan em 1994, quando se destacou diante dos protagonistas Tom Cruise e Brad Pitt, chegando a concorrer ao Globo de Ouro de melhor atriz coadjuvante. Sua consagração se deu com *Ataque dos Cães*, da diretora Jane Campion, quando concorreu ao Oscar na mesma categoria. A ela se soma Cailee Spaeny, do recente *Priscilla*, de Sofia Coppola. Na dinâmica entre mentora e aprendiz, nem sempre as coisas saem como o esperado. O relacionamento entre as personagens é magnético e envolvente.

Já o brasileiro Wagner Moura e Stephen McKinley Henderson têm desempenhos corretos e encontram momentos distintos em que seus personagens podem se destacar. No entanto, em *Guerra Civil*, desde já, uma sequência é antológica, quando os protagonistas estão diante de um miliciano ultranacionalista vivido por Jesse Plemons. Já indicado ao Oscar por *Ataque dos Cães* e com presença elogiada em títulos como *Judas* e *o Messias Negro* e *Assassinos da Lua* das Flores, Plemons personifica a intolerância e nos faz lembrar que ela está mais perto do que pensamos.

*Salomão de Castro é conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

RDM
REDE DE MÍDIAS

28
anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br

O GOVERNO DE
MATO GROSSO PAGA

AUXÍLIO- MORADIA

PARA MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA

Denuncie
197

Luana Castro
Beneficiária do Programa
SER Família Mulher

PROGRAMA
SER
Família
Mulher



UNAF
de
de
de
de

SETASC
Secretaria
de Estado de
Assistência Social
e Cidadania



Governo de
Mato
Grosso



PROGRAMA
SER
Família
Mulher



Governo de
Mato
Grosso